

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 619 - Brasília, sexta-feira, 16 de janeiro de 1998



Com a presença de grande número de senadores, a Comissão de Justiça debateu a reforma administrativa, que teve até uma audiência pública com a presença de ministro

Plenário vota mais 4 matérias da convocação

Os custos de fretes poderão ser reduzidos no país com o regulamento do transporte multimodal de cargas. O projeto, que retornará à Câmara dos Deputados, é uma das quatro matérias aprovadas ontem pelo Senado dentro da pauta da convocação extraordinária. Outra proposta acolhida, e que será enviada à sanção do presidente da República, é a que simplifica a prestação de contas de recursos para a assistência social. Páginas 2 e 3

O plenário aprovou também indicação de autoridades e rolagem de dívida



Comissão de Justiça aprova reforma administrativa

Com parecer rejeitando todas as emendas, proposta agora é encaminhada ao plenário

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem parecer do senador Romero Jucá favorável à emenda constitucional que institui a reforma administrativa. Foram rejeitadas todas as emendas apresentadas.

Originária do Executivo e já aprovada pela Câmara, a proposta vai agora ao plenário do Senado, para discussão em primeiro turno. Páginas 4 e 5

Governador-geral é recebido por Melo

Ao receber o governador-geral do Canadá, presidente em exercício do Senado, Geraldo Melo, defende o resgate dos laços com aquele país. Pág. 6

Sabatina na Comissão de Infra-Estrutura virou um grande debate sobre a desregulamentação e a fiscalização no setor

Plenário aceita nomes para agência de petróleo

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes de Giovanni Toniatti (46 votos favoráveis, dois contra e oito abstenções) e Ricardo Pinto Pinheiro (47 votos favoráveis, quatro contra e sete abstenções) para compor a primeira diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Ambos foram submetidos a sabatina e tiveram seus nomes aprovados em votação secreta realizada também ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.

Giovanni Toniatti foi, desde 1995, secretário de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia (MME). Ricardo Pinheiro, por sua vez, já foi diretor-presidente da Eletronorte.

A sabatina na Comissão de Infra-Estrutura acabou no início da tarde. As matérias foram relatadas pelos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Regina Assumpção (PTB-MG).

Durante a sabatina, Joel de Hollanda (PFL-PE) disse que



Depois da sabatina que começou de manhã na CI, os nomes foram votados pelo plenário

o Brasil precisa de uma economia mais livre, racional e eficiente, em especial no setor de combustível. Ele quis saber qual a avaliação deste primeiro ano de regulamentação e como está sendo feita a fiscalização.

Ricardo e Giovanni destacaram que houve um grande avanço com a liberação dos preços dos combustíveis, ressaltando que "há ainda fretes que devem ser repassados ao consumidor final". Quanto à concorrência, ressaltaram sua necessidade, concordando em que isso propiciará uma entrada maciça de investimentos no país, com o consumidor sendo beneficiado com mais qualidade e quantidade.

O papel da agência é de fiscalização e regulamentação. Não temos ainda como controlar todos os postos de distribuição. Estamos observando que falta melhor preparo profissional e maior fiscalização do governo, da sociedade, dos fornecedores e distribuidores. O grande passo é descentralizar, dividir com estados e municípios alguns encargos - afirmou Ricardo.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) fez questão de expor alguns pontos referentes ao controle. A seu ver, não há mão-de-obra suficiente para tentar coibir fraudes. Conforme o senador, a qualidade é precária, "muitas vezes sujeita às leis da corrupção".

Assistência social terá seus recursos descentralizados

Estados e municípios que ainda não tenham instalado seus fundos e conselhos estaduais e municipais de assistência social poderão receber diretamente recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), independentemente de convênios ou outros instrumentos burocráticos, segundo estabelece projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo plenário do Senado.

O projeto determina também que estados e municípios deverão prestar contas dos recursos recebidos diretamente

e as leis de diretrizes orçamentárias de 96, 97 e 98.

O plenário rejeitou a proposta, além de ter seguido o parecer contrário dos senadores Beni Veras (PSDB-CE), pela CCJ, e José Fogaça (PMDB-RS), pela CAE, às emendas apresentadas por Benedita da Silva.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), salientou que a matéria não era atinente à CAS. Coerente com a mensagem presidencial que acompanhou o pro-

atos respectivos órgãos de controle de contas - tribunais de contas estaduais, do DF, municipais e conselhos de contas dos municípios. Quando o Tribunal de Contas da União (TCU) o determinar, as entidades federadas prestarão contas a ele.

As senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PDT-RS) propuseram o envio da matéria à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para elas, o projeto interfere indevidamente nas atribuições do TCU e conteria várias inconstitucionalidades e incongruências com a Lei Orgânica de Assistência Social

projeto, ele defendeu que, num momento em que a política de descentralização de recursos das ações de assistência social deu às unidades federadas a responsabilidade pela sua aplicação regular e eficiente, "é claro que a prestação de contas se deve dar no âmbito de aplicação dos recursos". Pelo projeto, o TCU e o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo acessarão, a qualquer tempo, toda a documentação que comprove as despesas.

Pelo projeto aprovado ontem no plenário, estados, municípios e o DF prestarão contas aos tribunais e conselhos de contas locais

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Segunda-feira (19.01.98)

14h30 - Sessão Não Deliberativa

Terça-feira (20.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 164/97, autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso

Quarta-feira (21.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, dispõe sobre o regime constitucional

dos militares

Quinta-feira (22.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, dispõe sobre o regime constitucional dos militares

COMISSÕES

Terça-feira (20.01.98)

11h - Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 50/97 (não terminativo), institui o serviço de radiodifusão comunitária; e "PLC nº 14/96 (não terminativo), dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: "PDL nº 133/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em Brasília, em 03.04.97; "PDL nº 131/97, aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Brasil e a França, em Brasília, em 12.03.97; "PDL nº 74/97, aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Texto acolhido pelos senadores é o substitutivo de Waldeck Ornelas, que destaca a importância da proposta para o barateamento dos fretes e a redução do chamado "Custo Brasil"

Senado aprova transporte multimodal

Tuma apela contra oração deturpada

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) criticou ontem a deturpação dos ensinamentos de São Francisco de Assis no uso da expressão "é dando que se recebe"

Tuma: ética

como troca de favores políticos. "Será que alguma mente humana pode ser tão obtusa para ignorar a sublime mensagem contida nessa frase para usá-la em tentativas de legitimar trapalhões ou ações indecorosas?", questionou.

Ele argumentou que, desde que a frase foi citada "de forma infeliz e reprovável" durante a Constituinte, "tem-se injuriado a memória desse santo, ora em tentativas de justificar a politicagem e a corrupção que, desgraçadamente, ainda campeiam em setores da administração pública".

- Até quando a cegueira ou o dolo de quem goza do acesso à tribuna e à mídia continuará a agredir nossa inteligência, chamando de "franciscana", "política de São Francisco de Assis"?

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ponderou que o deputado Roberto Cardoso Alves - que usou a expressão "é dando que se recebe" na Constituinte - era um homem culto e inteligente, mas foi infeliz na comparação. Para Alcântara, é normal que haja uma relação recíproca entre a bancada governista e o Poder Executivo, "dentro dos limites éticos e morais".

Já a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou que não é certo usar "um símbolo católico como pretexto para manobras e manipulações". O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) assinou que São Francisco de Assis é a maior figura da Igreja Católica, comparado a Jesus Cristo. Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que considera a oração de São Francisco de Assis a mais bonita depois do *Pai Nosso*. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) frisou que é um equívoco comparar práticas políticas com as ações do santo.

Em votação simbólica, o plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara que disciplina a área de transporte multimodal de cargas no país, sob a forma de substitutivo do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), relator na Comissão de Assuntos Econômicos. O relator inseriu 15 modificações pontuais no substitutivo da Comissão de Viação e Transportes da Câmara, de modo que a matéria voltará a ser submetida à Câmara.

Para o senador, o projeto é importante "para as políticas de redução dos custos de transporte,

com acentuada participação na formação do "Custo Brasil".

Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que relatou a matéria, recomendou a aprovação do substitutivo de Waldeck Ornelas, pelos "inesimizáveis ganhos de qualidade".

O projeto disciplina as operações e modalidades de transporte envolvidas no deslo-

camento de mercadorias desde a origem até o destino, abrangendo os percursos integralmente dentro do território nacional e os que incluam ligações entre o Brasil e o exterior.

A utilização de duas ou mais modalidades de transporte implicará um único contrato - o Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas -, executado sob a responsabilidade de um Operador de Transporte Multimodal.



Waldeck: 15 alterações

Rio pode rolar dívida do semestre

O município do Rio de Janeiro foi autorizado ontem pelo plenário a emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal para girar sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998. A rolagem não inclui títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais.

Em seu parecer favorável apresentado na CAE, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reconhe-

ceu que, pelas informações contidas no pedido, a operação de crédito "implicará descumprimento do limite de endividamento" previsto em resolução do Senado. No entanto, o senador verificou que esse desequilíbrio depende da emissão agora pleiteada pela cidade do Rio de Janeiro e "não implicará a elevação da sua dívida fundada".

A senadora Benedita da Silva

(PT-RJ) salientou a importância da aprovação do projeto, dadas as altas demandas da população às prefeituras de capitais, particularmente a do Rio de Janeiro. Artur da Távola (PSDB-RJ) também frisou que a bancada carioca tem aprovado, ajudado e buscado garantir, na medida do possível, o atendimento aos interesses do estado e do município do Rio de Janeiro.

Távola critica gestão da Light privatizada

Ao comentar a crise de energia elétrica no Rio de Janeiro, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem estar convencido de que se deve cobrar maior rigor nas privatizações.

Ele lembrou que, em maio de 1997, fez um pronunciamento sobre a privatização da companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, a Light, no qual manifestava



Távola: mais rigor

sua preocupação com a deficiência técnica dessa empresa.

- Esse discurso mostrou-se profético. Afinal, o Rio de Janeiro está sofrendo "apagões" sistemáticos, trazendo desconforto à população e prejuízos graves às indústrias do estado.

Os contrários às privatizações devem estar rindo, pois essa privatização tem-se mostrando ineficaz - ponderou.

Defensor da desestatização, Távola criticou a atual diretoria da Light, que, a seu ver, fez um corte abrupto de funcionários, sendo que 4 mil deles estavam lotados na área de distribuição de energia. Segundo o senador, mesmo com a crise no abastecimento de energia elétrica no Rio, a empresa teve um lucro de R\$ 400 milhões por causa da redução de custos, mas não investiu na melhoria dos serviços.

Távola foi apertado pelo senador José Serra (PSDB-SP).

Rocha quer consenso sobre planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem que, na busca de um entendimento com as lideranças governistas com vistas a "um texto o mais consensual possível do projeto que regulamenta os planos de saúde", abre mão de 10 supressões que, como relator designado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), inseriu no projeto de lei originário da Câmara. Segundo disse, "ainda não aconteceu um esforço de entendimento" e ele espera

que seu gesto "sirva de estímulo para que ocorra".

Ao frisar que, da sua parte, "não há radicalismo" em relação à matéria, Sebastião Rocha defendeu que o projeto seja equilibrado, do ponto de vista dos interesses de todos os diretamente envolvidos com planos de saúde: usuários, seguradoras e prestadores de serviços médicos e hospitalares. A seu ver, o projeto deve abolir qual-

quer discriminação no que se refere ao tratamento de portadores de determinadas doenças e evitar aumentos de prestações em função da idade.

O senador também afirmou que o presidente da CAS, senador Ademar Andrade (PSB-PA), adiantou-lhe que colocará a matéria na pauta da reunião do dia 21.



Rocha: pelo acordo

Otoniel homenageia Quinan

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) justificou sua ausência na sessão plenária por ter sido designado um dos representantes do Senado para



Otoniel: pesar

acompanhar o corpo de Onofre Quinan até Anápolis. Ele registrou seu voto de pesar pelo falecimento desse "leal e distinto parlamentar que deixou marcas profundas na vida do país".

Otoniel considerou decisiva a atuação de Quinan como governador de Goiás, por ter transformado esse estado "atrasado e sem perspectivas em oitava potência econômica do país".

- Ele deu seqüência à imensa obra do PMDB, plantando as bases de uma sólida infra-estrutura que hoje permite a industrialização do estado - registrou.

Marina sugere comissão para contaminação

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ontem que, em audiência com o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, sugeriu a formação de uma comissão de trabalho interministerial destinada a tomar providências que reduzam as contaminações por mercúrio.



Marina: apelo

Ela disse que esse mal está afetando milhares de vítimas inocentes, sobretudo entre as populações indígenas e ribeirinhas.

A comissão deverá ser formada por representantes dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e do Departamento de Química da Universidade de Brasília.

A proposta, originária do Executivo e que já passou pela Câmara dos Deputados, vai agora ao plenário do Senado. A emenda prevê situações em que o funcionário público pode perder a estabilidade

Reforma administrativa é aprovada na CCJ

Por 17 votos a favor e três contra, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem o parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) favorável à emenda da reforma administrativa, que prevê situações em que o funcionário pode perder a estabilidade e fixa teto de remuneração no serviço público. A proposta, originária do Executivo e já aprovada pela Câmara dos Deputados, vai agora ao plenário do Senado, para discussão em primeiro turno.

Jucá destacou que a reforma administrativa é importante para a recuperação do setor público. Ao votá-la dentro dos prazos e das regras regimentais, ele considera que "o Senado está dando uma demonstração de eficiência à sociedade". O relator rejeitou todas as 59 emendas apresentadas na CCJ e lembrou que as emendas que forem oferecidas em plenário também serão examinadas naquela comissão, antes de ser votadas.

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), considerou a votação de ontem "mero jogo de cartas marcadas": "Infelizmente, o que tem valido aqui na CCJ é a aritmética, e como só temos 12 votos só nos resta lutar e exercer nosso papel regimental. O fato é que os argumentos têm valido pouco e, em consequência, a verba tem valido mais do que o verbo".

lamentou Dutra.

Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) observou que se sentia impedido de votar favoravelmente à matéria, "em consequência dos seus equívocos e omissões". O senador protestou contra a atitude do relator, que não aceitou qualquer emenda apresentada pelos senadores, e advertiu que, se esse comportamento for modificado em plenário, ele se comprometia a também rever sua posição.

Atitude semelhante tomou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que criticou a maneira como a proposta foi votada na CCJ. Ele se referiu à tramitação da matéria na Câmara, onde o relator, deputado Arnaldo Faria de Sá, incorporou várias emendas ao seu parecer. Valadares reconheceu a necessidade de mudança na administração pública, mas acrescentou que só lhe restava votar contra a proposta, "pela maneira como ela está sendo estabelecida".

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), qualificou o trabalho do relator como "digno de elogios". Para Elcio, a proposta do Executivo deverá ser aprovada no Senado, a exemplo do que ocorreu na Câmara. Ele afirmou que a aprovação da matéria no Senado terá efeitos saudáveis para a administração do país, ao contribuir para o aprimoramento do serviço público.



Senadores debatem na CCJ durante a votação

Relator rejeitou todas as emendas

O relator da reforma administrativa, senador Romero Jucá, apresentou na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer contrário às emendas de números 34 a 59, de autoria dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Romeu Tuma (PFL-SP), José Serra (PSDB-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB) e José Eduardo Dutra (PT-SE). Na reunião anterior, ele já havia divulgado parecer contrário às 33 primeiras emendas encaminhadas à proposta. Manteve, assim, o texto tal como votado na Câmara.

Apenas duas modificações foram anunciadas pelo relator. A primeira suprime dispositivo que impedia a concessão de gratificação, adicional, abono ou prêmio aos

servidores policiais das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil, militar e do corpo de bombeiros. A outra submete também os servidores das empresas estatais às regras sobre o teto salarial.

Na reunião de ontem, o líder



Romero Jucá manteve o texto da Câmara

do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra, apresentou suas emendas destinadas, segundo informou, a corrigir

"uma série de absurdos, incoerências e incorreções do texto". Entre as emendas, estão uma que impede que órgãos da administração pública assinem contratos de gestão e outra que garante a mesma revisão de salários de servidores públicos civis e militares.

MAGISTRADOS

Dutra requereu, preliminarmente, que a CCJ declarasse a prejudicialidade de dispositivo da emenda da reforma administrativa que trata da aposentadoria dos magistrados e entra em conflito com o que foi aprovado na reforma da Previdência. A comissão decidiu encaminhar a questão ao presidente do Senado, para que este a submeta ao plenário. Discutiram a preliminar o seu autor, o relator e os senadores Leonel Paiva (PFL-DF) e Josaphat Marinho.

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Os principais pontos da reforma administrativa foram destacados ontem na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo ministro Bresser Pereira. São eles:

- perda de estabilidade por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros;
- aumento do prazo, de dois para três anos de efetivo exercício em cargo público, do estágio probatório;

- criação da possibilidade de disponibilidade de funcionários com remuneração proporcional ao tempo de serviço;

- fim da obrigatoriedade de adoção do regime jurídico único (sua adoção ou não depende de decisão política autônoma da União, dos estados e municípios);

- estabelecimento do teto de remuneração, nele incluídas as vantagens pessoais e computada a soma dos valores percebidos como remuneração/subsídio

e provento de aposentadoria/pensão;

- estabelecimento de um subteto, mediante a permissão de definição da relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos na União, nos estados, no Distrito Federal e municípios;

- aperfeiçoamento do sistema de remuneração, proibindo-se que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam acumulados e exigindo-se

lei específica para aprovação de qualquer aumento de remuneração nos três Poderes;

- manutenção do concurso público como única forma de acesso a cargo público;

- introdução do princípio da "qualidade do serviço prestado" entre os princípios gerais da administração pública;

- regularização, nos exterritórios federais do Amapá e de Roraima, da situação dos servidores federais que na

data da promulgação da Constituição de 1988 trabalhavam para estatais e prefeituras conveniadas;

- limitação da criação de cargos em comissão apenas para as atribuições de chefia, direção e assessoramento;

- reserva das funções de confiança para os ocupantes de cargo efetivo;

- proposta de várias leis para o aperfeiçoamento da administração pública.

O ministro elogia o relatório de Jucá e afirma que reforma vai contribuir para o aprimoramento da administração pública

Mudança só traz vantagens, garante Bresser na comissão

Em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmou ontem que a emenda da reforma administrativa proporcionará economias substanciais a partir de 1999, "podendo-se calcular que, se os estados e municípios exonerarem seus servidores excedentes, haverá uma economia-ano de R\$ 9 bilhões, e que as demais medidas, especialmente o teto e o subteto, proporcionarão economia de cerca de R\$1 bilhão".

Segundo Bresser, a emenda é muito importante também porque incluiu na agenda do país o problema da administração pública; permite o estabelecimento de uma administração pública gerencial; e valoriza os servidores públicos "na medida em que permite cobrar trabalho ou demitir a minoria que não trabalha com competência e motivação, e dá autonomia e responsabilidade ao alto administrador público para gerenciar com eficiência e efetividade as



Entre Jucá (E) e Cabral, Bresser faz defesa das mudanças

agências do Estado".

O ministro elogiou o relatório da matéria, senador Romero Jucá (PFL-RR), e apelou aos senadores para que aprovassem o parecer.

Durante os debates, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou a reforma administrativa pelo fato de ela estabelecer um teto salarial e exigir lei para a promoção de qualquer aumento de salário. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a necessidade de o funcionário público ser prestigiado; a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) condenou a abertura dada pela reforma para o ingresso de estrangeiros no serviço público; e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis

ter mais informações sobre a participação popular na administração pública. Também discutiram a matéria os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Esperidião Amin (PPB-SC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

PROCURADOR

Em texto encaminhado à CCJ, o procurador do Banco Central Erasto Villa-Verde Filho afirma que "não se pode vislumbrar a alegada necessidade de alterar o instituto constitucional da estabilidade no serviço público" e que é, no mínimo, exagero dizer que a estabilidade constitui obstáculo à reforma do Estado.

Amin propõe limite a salário de vereadores

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição que limita em 5% da receita tributária municipal o total da despesa do município com o funcionamento do poder legislativo, incluída a remuneração dos vereadores.

Amin salienta, na justificativa, que os limites impostos pela Constituição de 88 à remuneração dos vereadores não foram suficientes para coibir práticas abusivas. Com o propósito de impedir esses abusos, disse, o Congresso Nacional aprovou, em 1992, a Emenda Constitucional nº 1, que limitou o subsídio dos ve-

readores a 75% do recebido pelos deputados estaduais e fixou em 5% da receita do município o montante das despesas com tal remuneração.

Esses novos dispositivos constitucionais, segundo o senador, não surtiram o efeito desejado, porque muitas câmaras municipais fixam os valores de remuneração de tal forma que os montantes indicados nessas normas não são entendidos como tetos e sim como pisos, normalmente rateados entre os vereadores.

A Constituição diz que o total da remuneração dos vereadores não pode ultrapassar a 5% da receita municipal. Mas, pelo Brasil, essas



Amin: Parlamento é prejudicado

despesas chegam a patamares que conspiram contra o Parlamento - afirma.

Esperidião Amin alega que, em Santa Catarina, há município gastando 14% do orçamento para o funcionamento da Câmara de Vereadores. Ele destaca que o Senado não pode ficar omissos porque, do contrário, estará contribuindo para a desmoralização da democracia e do Legislativo.

Balanço mostra que oito matérias foram aprovadas

O plenário do Senado aprovou oito matérias durante a semana, entre as quais o projeto do contrato temporário de trabalho e a emenda constitucional do regime funcional especial para os militares. Os senadores conseguiram manter o ritmo de trabalho e registrar um saldo positivo, embora na quarta-feira as atividades usuais tenham sido suspensas pelo falecimento do senador Onofre Quinan (PMDB-GO).

Outros projetos de interesse foram aprovados nesta semana, como o que dispõe sobre o transporte multimodal de cargas e o relativo à prestação de contas dos recursos destinados a assistência social, além de autorizações de empréstimos.

Na sessão de ontem, o plenário aprovou os nomes de Giovanni Toniatti e Ricardo Pinto Pinheiro, indicados pelo presidente da República para integrarem a primeira diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou o relatório do senador Ro-

mero Jucá (PFL-RR), enquanto a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou as indicações de dois diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a Programação Monetária do governo para o primeiro trimestre deste ano, e as autorizações de empréstimos destinados ao Programa de Combate à Pobreza Rural, do Maranhão, e à execução de obras de interesse social da prefeitura de Sobral (CE).

Desde o início da sessão legislativa extraordinária do Congresso Nacional, instalada no dia 6 de janeiro, 16 matérias foram apreciadas, em sete sessões plenárias realizadas. Durante o ano passado, os senadores apreciaram 489 matérias, das quais 385 foram aprovadas, entre elas cinco emendas constitucionais. Ainda em 1997, o Senado aprovou e encaminhou à sanção presidencial 42 projetos de lei, sendo a maioria (23) de iniciativa do Legislativo.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO NESTA SEMANA (de 12 a 16.01.98)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Indicações de autoridades	2
Total de matérias aprovadas	8
Projetos enviados ao arquivo	2
Total de matérias apreciadas	10

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (de 06 a 16.01.98)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Indicações de autoridades	2
Total de matérias aprovadas	12
Projetos enviados ao arquivo	4
Total de matérias apreciadas	16

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO EM 1997

Projetos aprovados e enviados à sanção	42
Projetos aprovados e enviados à promulgação	186
Projetos aprovados e enviados à Câmara	110
Emendas constitucionais aprovadas	5
Indicação aprovada	1
Mensagens de escolha de autoridades	41
Total de matérias aprovadas	385
Projetos enviados ao arquivo	104
Total de matérias apreciadas	489

No exercício da presidência do Senado, senador defende maior intercâmbio com o Canadá. Romeo LeBlanc, em resposta, diz que sua visita não é de turismo, mas sim o primeiro passo para a aproximação bilateral

Melo recebe governador-geral canadense

Ao receber ontem, no gabinete da presidência do Senado, o governador-geral do Canadá, Romeo LeBlanc, também representante naquele país da rainha da Inglaterra, o presidente em exercício, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), enfatizou a necessidade de Brasil e Canadá resgatarem os laços de amizade e comerciais "há muito esquecidos pelos dois países em todos os aspectos."

- Nós temos uma posição



LeBlanc concordou com Geraldo Melo quanto à aproximação entre os países de muita simpatia pelo Canadá e precisamos aproximar nossos laços para melhorar tais relações de forma mais positiva - disse Geraldo Melo, que elogiou o atual momento

vivido por aquele país da América do Norte nos planos social e econômico, fato que, na sua opinião, torna urgente o estreitamento das relações Brasil-Canadá.

Por sua vez, Romeo LeBlanc destacou que se fazia acompanhar pela maioria dos governantes das províncias canadenses, para lembrar o aspecto "altamente positivo" da iniciativa: "Não estamos apenas fazendo turismo", disse, acrescentando que o momento é extremamente propi-

cio para uma análise sobre o quanto podem ser beneficiados Brasil e Canadá caso seja efetivada uma união mais produtiva.

O seu contato com parlamentares brasileiros, segundo LeBlanc, que também representa o Parlamento canadense, é uma oportunidade única para a troca de idéias e informações que auxiliarão em futuro muito próximo o intercâmbio entre congressistas do Brasil e do Canadá.



Suplicy quer prisão de suspeito

Suplicy: prefeito de Betim sofre nova ameaça

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou ontem que o prefeito de Betim (MG), Jésus Lima, do PT, encontra-se novamente ameaçado de morte e não está conseguindo exercer tranquilamente o seu mandato. Conforme lembrou, em 29 de agosto do ano passado, Jésus levou cinco tiros quando participava de um congresso de educação.

Suplicy considerou importante a decisão da juíza da 1ª Vara Criminal de Betim, Joeliza Souto de Oliveira, que decretou ontem a prisão preventiva do ex-presidente da Câmara de Vereadores da cidade, José do Nascimento Elias, apontado pela polícia como o principal suspeito de ser o mandante do crime.

- Cabe salientar que há indicações de que a motivação para o atentado está relacionada com a tentativa de impedir que o prefeito Jésus Lima exerça seu mandato, caracterizado pela adoção do Orçamento Participativo e por inúmeras iniciativas, como a de instituir um programa de garantia de renda mínima na forma de bolsa-escola - sustentou.

Ronaldo explica a uruguaianos como funciona o Legislativo brasileiro

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), recebeu ontem em seu gabinete uma delegação do Uruguai, formada pelo secretário do Senado, Mário Farachio, o assessor do presidente, Sérgio Gamarra, e o chefe do serviço de segurança, Edel Francia. Eles vieram conhecer os diversos aspectos da estrutura do Parlamento brasileiro, a fim de subsidiar a implantação de um plano de modernização nas atividades do Senado de seu país.

Ronaldo explicou o funcionamento de todo o processo legislativo e o sistema de divulgação do trabalho desenvolvi-



Ronaldo Cunha Lima conversa com os uruguaianos, que pretendem modernizar o Senado de seu país

do pelos senadores, que é feito através da Secretaria de Comunicação Social. Falou ainda da implantação, em breve, do Interlegis, projeto que visa à interligação do Senado

a todas as assembleias legislativas do Brasil.

À tarde, a delegação uruguaia esteve na Rádio e na TV Senado e na Subsecretaria de Segurança Legislativa. Os ser-

vidores do Parlamento uruguaio voltam ao Senado hoje, quando está programada uma visita ao Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen).

Cabral quer vôos mais baratos para Manaus

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) reclamou da portaria do DAC que reduziu em até 60% o preço das passagens aéreas em todos os estados brasileiros, exceto no Amazonas. Ele pediu ao presidente do Senado que encaminhe ao DAC o texto do seu discurso, e anunciou que, na próxima semana, os parlamentares dos estados da Amazônia se reunirão para tomar providências também junto ao Ministério da Aeronáutica e à chefia da Casa Civil.

Conforme o parlamentar, no



Cabral: queixa contra o DAC dia 20 de dezembro passado, o DAC encheu os amazonenses de expectativa ao anunciar a redução do preço das passagens aéreas neste verão. Em sua opinião, a medida era de

grande significado para desestimular o turismo externo e induzir brasileiros e estrangeiros a conhecerem a Amazônia.

- Mas no dia 3 de janeiro, a notícia se transformou em tristeza. O Amazonas foi excluído da decisão do DAC - informou o senador, considerando a decisão inexplicável. "Por que excluir o meu estado? Será que querem estimular férias em Miami?"

Cabral ainda argumentou que, em decorrência do alto custo do turismo interno, os brasileiros do Norte preferem

ir para o Caribe, enquanto os do Sul optam pela Argentina. Daí por que ele considerava fundamental que a redução dos preços das passagens aéreas beneficiasse sobretudo a Amazônia.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) considerou a decisão do DAC inexplicável, dispondo-se a participar de providências para modificá-la. Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Bianco (PFL-RO) também apoiaram o pronunciamento de Cabral.



Benedita: protesto da Fenaj

Benedita lê nota contra invasão de rádio no DF

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) leu ontem, em plenário, nota oficial em que "a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) protesta contra a invasão à rádio comunitária do DF perpetrada por agentes da Polícia Federal, por determinação da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), quando foi realizada a prisão de um operador e apreendidos todos os equipamentos e objetos pertencentes à emissora".

Segundo a senadora, a Fenaj questiona a adoção, pela Anatel, de dois pesos e duas medidas: para as rádios comunitárias uma política repressora e discriminatória e todo o rigor da lei; para os empresários da comunicação comercial uma política de tolerância e de condescendência para com sua ilegalidade.

De acordo com Benedita da Silva, existem hoje no país dezenas de emissoras de tevê a cabo funcionando na ilegalidade, algumas utilizando-se, inclusive, de estruturas de empresas de telefonia do sistema Telebrás, sem que qualquer atitude fiscalizadora seja adotada pela Anatel.

A radiodifusão comunitária é uma tendência mundial em busca da democratização da comunicação, estando regulamentada em diversos países, com resultados inequivocamente satisfatórios para a prestação de serviços de utilidade pública, difusão cultural e informativa nas comunidades, sem qualquer submissão a interesses comerciais - disse.

Para o senador, a existência de duas mil emissoras livres no país, operando clandestinamente, reforça a necessidade urgente de regulamentação

Machado: rádio comunitária estimula participação social

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse ontem, que seu parecer ao projeto já aprovado pela Câmara que institui o serviço de radiodifusão comunitária incorporará os principais pontos do texto elaborado pelo Executivo. Para ele, a proposta merece o acolhimento dos membros da Comissão de Educação (CE), onde será examinada na próxima semana, porque estimula a participação do conjunto da sociedade no processo democrático.

A existência de aproximadamente duas mil emissoras livres em operação no país e o fato de a atual legislação das telecomunicações relegá-las à clandestinidade reforça, segundo o relator, a necessidade de a matéria ser devidamente apreciada e votada favoravelmente, nas comissões e depois no plenário, durante a atual convocação.

O projeto restringe a área de cobertura do serviço de radiodifusão ao bairro e à vila



Sérgio Machado: parecer favorável

e determina que sua operação deve ser apenas em frequência modulada e baixa potência (máxima de 25 watts). O órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das emissoras será o Ministério das Comunicações, o mesmo que concederá a outorga para funcionamento. De acordo com o texto, a permissão é válida por três anos, podendo ser renovada por igual período.

Pela proposta, a programa-

ção das rádios comunitárias deve observar os princípios de não-discriminação de raça, religião, convicções político-ideológico-partidárias e condição social, e o cidadão tem direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela emissora, desde que encaminhe pedido nesse sentido à direção da rádio. Também está prevista a criação de um conselho comunitário para acompanhar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo projeto.

Devem compor o conselho representantes da comunidade local, associações de classe, beneméritos, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas. O projeto define número mínimo de integrantes: cinco pessoas. Conforme dispõe a proposta, o serviço de radiodifusão será explorado por fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos e qualquer patrocínio deverá ser sob a forma de apoio cultural.

Carlos Wilson presta homenagem póstuma a Barreto Guimarães

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) prestou homenagem ao professor e político José Antônio Barreto Guimarães, "um dos filhos mais ilustres" de Pernambuco, morto no último dia 26 de dezembro. Conforme Wilson, o homenageado, autor de vários livros, atuou com destaque na área da educação e cultura e, "atento aos problemas do sertão nordestino", defendeu a tese de que a miséria do Nordeste é um problema nacional.

A trajetória política de Barreto Guimarães registra que ele ocupou a cadeira de

prefeito de Olinda no período 1959-1962, foi vice-governador do estado entre 1971 e 1975, deputado estadual em 1955-1958 e 1979-1982, secretário de governo de Pernambuco, na gestão Paulo Guerra e secretário de Educação no governo Nilo Coelho. Ao morrer, ocupava o cargo de ministro do Tribunal de Contas do estado.

Citando a prefeita de Olinda, Jacilda Urquiza, definiu Barreto Guimarães como "homem acima dos partidos políticos, um servidor da causa pública," que chegou a proferir uma tentativa de veto a



Carlos Wilson lembra trajetória seu nome por parte do então presidente Médici, quando o governador nomeado Eraldo Gueiros o convidou para vice, segundo relatou.

- A cidade de Olinda, pela qual se apaixonou ainda muito jovem e à qual dedicou grande parte de sua vida pública, sabe bem do valor de seu legado - disse, citando a construção dos diques que protegem a cidade contra o avanço do mar, entre outras obras.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre vínculo empregatício
 7h30 - "Jornal da Amazônia"
 8h - Debate entre o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) e o deputado federal Eurico Miranda (PPR-RJ) sobre a Lei Pelé
 9h - Sessão plenária (ao vivo)
 12h30 - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro
 13h - Debate entre o senador Leomar Quintanilha e o deputado federal Eurico Miranda
 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Elcio Alvares e o deputado federal Jofran Frejat
 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
 20h35 - "Senado em Pauta"
 21h30 - "Fala Cidadão"
 00h30 - "Jornal da Amazônia"
 2h30 - Sessão plenária
 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)
 Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais e especiais. Programação sujeita a alterações.

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
 8h45 - "Plenário em Revista"
 9h - Sessão plenária
 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
 19h - "A Voz do Brasil"
 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
 24h - Retransmissão da sessão plenária

SÁBADO

8h - Resenha da semana (plenário)
 10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)
 10h30 - "Autores e Livros"
 11h - "A Música Erudita e seus Mestres"
 15h - Resenha da semana (plenário)
 16h - "A Boa Música do Brasil"
 20h - Especial do mês - "Melhores momentos dos especiais de 97"
 22h - "Século XX"

DOMINGO

8h - Resenha da semana (plenário)
 10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)
 11h - "A Música Erudita e seus Mestres"
 15h - Resenha da semana (plenário)
 16h - Resenha da semana (plenário)
 17h - "Século XX"
 19h30 - "Autores e Livros"
 22h - "A Boa Música do Brasil"

Previsão de gastos para o primeiro trimestre de 98 "é consistente com o quadro externo sombrio" provocado pela crise financeira asiática, diz Vilson Kleiniübing, relator da matéria

CAE aprova programação monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Vilson Kleiniübing (PFL-SC) à Programação Monetária para o primeiro trimestre de 1998, encaminhada ao Senado pelo Executivo. Para o senador, a proposta é "consistente com o quadro externo sombrio", provocado pela crise asiática, que se mostrou adversa à estabilidade e ao crescimento da economia nacional.

De acordo com Kleiniübing, a programação possibilita a execução de uma política monetária expansionista que po-

deria reduzir as taxas de juros, considerando-se a diminuição do ritmo das atividades produtivas no início de cada ano. Ele observou que o primeiro trimestre de 98 poderá registrar expansão de até 6,4%, corres-

pondendo a uma taxa anual de 12,8%.

- Conforme consta da programação, as autoridades econômicas presumem que a trajetória ascendente da produção industrial seja interrompida no

início de 1998, quando os efeitos das medidas restritivas tendem a ser mais acentuados. Quanto à inflação, há uma expectativa de manutenção do padrão observado em 1997 - diz o senador em seu parecer.



Kleiniübing (D) com Waldeck Ornelas: dados realistas

Dutra destaca homenagem a Marina Silva

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), registrou que a senadora Marina Silva (PT-AC)



Dutra: saudação

foi escolhida pela revista americana *Ms* como uma das 11 mulheres que mais se destacaram no mundo em 1997. Conforme o parlamentar, ela foi escolhida em decorrência do trabalho em defesa das causas ambientais.

Dutra lembrou que, no ano passado, Marina já tinha sido premiada, numa lista feita pelas organizações ambientalistas da ONU. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à manifestação do líder oposicionista, dizendo que o Parlamento está orgulhoso. "É um prêmio para o Senado e não apenas para a senadora Marina Silva", afirmou.

Acatado empréstimo ao Maranhão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião presidida pelo senador Bello Parga (PFL-MA), aprovou ontem parecer favorável do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) a solicitação do governo do Maranhão para contratar operação de crédito junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de 80 milhões de dólares, destinados a financiar o Programa de Combate à Pobreza Rural.

A CAE acolheu também outros dois pareceres favoráveis de Waldeck a solicitações da prefeitura de Sobral (CE) para contratar operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$ 2 milhões e 25 mil, e outra junto ao Banco do Estado do Ceará, de R\$ 612,8 mil. Os empréstimos serão destinados, respectivamente, ao financiamento de obras de urbanização, saneamento e plano habitacional e de infraestrutura no município.

Bianco ameaça entrar na Justiça contra Banco Central

O senador José Bianco (PFL-RO) anunciou ontem que analisa a possibilidade de ajuizar ação contra o Banco Central (BC), pleiteando torná-lo responsável por parte da dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron), que está sob intervenção do BC há três anos. "Isso por causa do excessivo e inexplicável tempo que o Banco Central está à frente do Beron, sem se preocupar com o altíssimo prejuízo diário de R\$ 200 mil por causa dos juros."

De acordo com Bianco, o prejuízo acumulado do Beron nesses três anos de intervenção atingirá R\$ 400 milhões, incluindo-se a verba para a demissão de quase 1.000 funcionários no final de 1997. "Está claro, portanto, que a morosidade com que o BC vem agindo para tomar a decisão quanto ao futuro do



José Bianco: complô contra Beron

Beron é que causou esse prejuízo, que agora o estado terá de assumir", afirmou.

- Essa dívida de R\$ 400 milhões pode não significar grande coisa para alguns estados, mas para Rondônia, estado com pouco mais de uma década de existência, essa dívida é colossal e assustadora. Mas não tem causado nenhuma preocupação maior à diretoria do Banco Central nem ao governador Valdir Raupp - assinalou.

José Bianco considerou que

a Caixa Econômica Federal (CEF) tem sido a grande beneficiária da morosidade do Banco Central, pois banca os "buracos de caixa" do Beron cobrando juros "extorsivos", sabendo tratar-se de negócio sem risco, pois o prejuízo será arcado pelo governo estadual, que, por sua vez, já firmou protocolo de negociação da dívida com a União.

- Triangulação perfeita: Banco Central intervém, demora três anos para dar a solução ao caso; ele mesmo, Banco Central, como interventor, recorre à CEF, sem discutir taxa de juros, e o Tesouro Nacional paga à Caixa. Somente um lado perde, e como perde: o estado, cujo povo, conforme vai acontecer com o povo rondoniense, acumulará dívidas que transcenderão gerações - sustentou.

Alcântara lembra Prestes e Távora

O senador Alcântara (PSDB-CE) registrou a celebração, este mês, dos centenários de nasci-



Alcântara

mento de Luís Carlos Prestes e de Juarez Távora, lembrando o significado que eles tiveram para o Brasil, em termos de "agitação de idéias em favor da modernização do país". Disse que eles iniciaram juntos sua rebelião, tendo Prestes se mantido comunista, enquanto Távora partia para ser um dos líderes do Movimento Tenentista. Ele lembrou que os ideais dos dois foram aproveitados.